

PARTE III

Notas países

ANGOLA

- A economia angolana cresceu 1.1% em 2016. Contudo, uma alta do PIB de 2.3% é esperada em 2017 e de 3.2% em 2018, devido ao aumento previsto das despesas públicas e uma melhoria dos termos de troca, resultante da recuperação do preço do petróleo.
- Angola precisa de aumentar o investimento em capital humano, prosseguir a diversificação e reduzir a vulnerabilidade de sua economia a fim de passar a integrar o grupo dos países de rendimento médio em 2021.
- O desenvolvimento das indústrias locais e o reforço das capacidades de empreendedorismo são cruciais para acelerar a recuperação económica e promover um crescimento inclusivo.

O declínio acentuado e duradouro dos preços do petróleo afetou negativamente o desempenho económico de Angola em 2016. Ademais, o abrandamento da atividade não-petrolífera – isto é dos setores industrial, da construção e de serviços – se ajustaram aos cortes no consumo privado e no investimento público que se seguiram à disponibilidade mais limitada de divisas. Como resultado, o crescimento do PIB foi de apenas 1.1%, em 2016. Esta conjuntura colocou em evidência a necessidade de abordar com determinação a dependência do petróleo, de diversificar a economia e reduzir as vulnerabilidades. Em 2017 e 2018, prevê-se o crescimento do PIB para 2.3% e 3.2%, respetivamente, devido, principalmente, ao aumento previsto da despesa pública e à melhoria dos termos de troca.

O governo tomou medidas para mitigar o impacto do choque da queda do preço do petróleo sobre a economia, incluindo: a racionalização da despesa pública através da eliminação de subsídios aos combustíveis, aumento significativo da mobilização de receitas não-petrolíferas e a depreciação da taxa de câmbio para preservar a competitividade das exportações e reduzir a tendência das importações. No entanto, são necessárias medidas políticas adicionais para estabilizar as condições macroeconómicas, aumentar a distribuição equitativa da riqueza e melhorar a prestação de serviços. Uma prioridade será investir em capital humano, acelerar a diversificação e reduzir a vulnerabilidade económica, uma vez o país abandone o grupo de Países Menos Avançados (PMA) em 2021. No que diz respeito ao capital humano, os investimentos em saúde e educação são cruciais. Investimento em transformação agrícola e cadeias de valor são necessários para diversificar as exportações, aumentar as fontes de receita e reduzir a dependência do setor petrolífero. A expansão da infraestrutura económica e, mais importante, o acesso à eletricidade, estradas e transportes, abastecimento de água e saneamento e desenvolvimento de capacidades é fundamental para melhorar o ambiente de negócios e aumentar o papel do setor privado no crescimento económico. O país também deve promover a integração regional, de modo a melhor explorar o potencial da indústria local e impulsionar o comércio.

Angola deve reforçar o seu apoio ao empreendedorismo e à industrialização. A indústria angolana encontra-se numa fase inicial, em que os bens alimentares e bebidas como setores-chave. O Programa Nacional de Industrialização 2013-17 define sete subsectores-chave, entre os quais o têxtil e de vestuário, de produtos químicos e de papel e rochas ornamentais. No entanto, a participação do valor acrescentado industrial no PIB em Angola permanece baixa, situando-se em 8.6%. A taxa de atividade empresarial também se mantém baixa em 21.5%, dificultada por infraestruturas deficientes, dificuldade de acesso ao crédito, baixa capacidade de gestão e falta de estratégias integradas para fomentar o empreendedorismo. Para se atingir a diversificação económica e o bem-estar de todos é absolutamente essencial remover estes estrangulamentos estruturais.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	3.0	1.1	2.3	3.2
Crescimento real do PIB per capita	0.7	-1.1	0.1	1.0
Inflação, medida pelo IPC	10.2	30.2	21.8	19.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-3.3	-5.5	-4.0	-2.3
Conta corrente, em % do PIB	-10.0	-11.2	-7.5	-5.1

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

CABO VERDE

- Após uma baixa taxa de crescimento devida ao impacto da crise financeira europeia e mundial, em 2016, a economia cabo-verdiana começou a apresentar sinais de recuperação, registando um crescimento do PIB de 3.2%, prevendo-se que esta tendência continue ao longo de 2017 e 2018, com taxas de crescimento do PIB de 3.7% e 4.1%, respetivamente.
- Cabo Verde está numa encruzilhada: após cinco anos de uma política orçamental contra-cíclica, que buscou compensar um período de baixo crescimento, e com a acumulação rápida da dívida, é agora necessária uma mudança de paradigma que coloque o setor privado como motor do crescimento.
- Uma boa coordenação das políticas setoriais, um melhor ambiente de negócios e o reforço da integração regional são fundamentais para remover os atuais obstáculos à industrialização, tais como o acesso limitado ao mercado, os altos custos da energia e a falta de transportes entre as ilhas.

O crescimento real do PIB no país tem sido lento ao longo dos últimos anos. Entre 2000 e 2008, o país registou uma taxa média de crescimento de 6.6%, antes da recessão de 2009 no âmbito da crise europeia. A seguir a este período, e apesar de uma política contra-cíclica com elevadas despesas de investimento, Cabo Verde só conseguiu crescer a uma taxa média de 1.3% ao longo do período 2010-15. Como consequência dos elevados gastos de investimento, o nível da dívida aumentou drasticamente, de 71.9% do PIB, em 2010, para 125.9%, em 2015. Porém, em 2016, a economia registou alguns sinais positivos de recuperação. Embora ainda com níveis geralmente baixos, o crédito ao setor privado aumentou 2.1% nos primeiros 8 meses de 2016. Do mesmo modo, a tendência dos indicadores de confiança na economia registou uma inversão. No âmbito orçamental, depois de ter apresentado uma atitude expansionista, o novo governo reviu os seus planos a fim de obter um défice de 3.3% do PIB, ou seja 1.9 pontos percentuais abaixo do que foi inicialmente aprovado. Em 2016, o crescimento do PIB deverá atingir 3.2%, contra 1.5% em 2015. Para 2017 e 2018, o crescimento deverá alcançar 3.7% e 4.1%, respetivamente, impulsionado pelo contínuo aumento da confiança, do vigor da produção agrícola e do turismo, bem como dos esforços do governo para prosseguir no caminho das reformas.

Na frente política, os principais problemas de Cabo Verde em 2016 tendem a transitar para 2017 e 2018, designadamente o controle orçamental do país e, em particular, a redução do peso de algumas empresas públicas no orçamento do estado. Se se considerar que Cabo Verde alinha a sua política monetária na paridade fixa da sua moeda com o euro, a política orçamental é o único meio de que dispõe para enfrentar quaisquer choques. No entanto, a margem de manobra é estreita, dado o nível da dívida pública de 125.9% do PIB (excluindo eventuais passivos), que cresce constantemente. Para 2017 e 2018, o Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) deverá assegurar alguma flexibilidade para fazer face a potenciais choques. No que se refere à dívida, os indicadores de sustentabilidade estão sob controlo do FMI. Contudo, é importante tomar medidas de emergência para conter o processo gerador da dívida.

Considerando o nível da dívida, o governo está a tentar mudar o paradigma de crescimento, que se tem centrado até agora em larga medida no setor público. Esta mudança de paradigma requer, por parte dos poderes públicos, um compromisso credível e de longo prazo para melhorar o ambiente de negócios, e esforços para promover a industrialização e o empreendedorismo. No entanto, para melhorar o ambiente de negócios é imperativo remover – através de políticas setoriais bem coordenadas – os obstáculos atuais, tais como o acesso limitado ao mercado, os altos custos da energia e a falta de transportes entre ilhas.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	1.5	3.2	3.7	4.1
Crescimento real do PIB per capita	0.2	2.0	2.5	2.9
Inflação, medida pelo IPC	0.1	-1.6	0.8	1.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-4.1	-3.3	-3.0	-1.9
Conta corrente, em % do PIB	-4.3	-7.2	-8.8	-8.4

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

GUINÉ-BISSAU

- Estima-se que o crescimento real do PIB para 2017 e 2018 seja de cerca de 5%, o que deve contribuir para a recuperação pós-transição, mas a incerteza política permanece um obstáculo para o arranque económico.
- As perspetivas económicas e sociais mantêm-se frágeis dado que se encontram fortemente dependentes do setor do caju, da continuidade das reformas iniciadas e do clima político.
- A industrialização do país depende da reconstrução de infraestruturas básicas, especialmente nos sectores de transporte e de energia. Efetivamente, a infraestrutura existente seria incapaz de suportar os fluxos gerados pelo surgimento do setor secundário, por uma melhoria do clima de negócios, bem como pelo reforço do capital humano.

No ano que se seguiu ao regresso à ordem constitucional em 2014, se estabeleceu uma dinâmica positiva em na Guiné-Bissau. Contudo o país passou por um período de incerteza em seguida. De facto, entre junho de 2015 e dezembro 2016 quatro Primeiros-Ministros foram demitidos. Instalou-se um bloqueio institucional que não permitiu que o Parlamento se reunisse durante o ano de 2016. Apesar deste ambiente político difícil, estima-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) na ordem dos 4.9% em 2016, impulsionado por um bom ano agrícola. O desempenho económico permanece assim altamente exposto a choques externos exógenos.

Impulsionada por uma campanha de comercialização excepcional da castanha de caju e por uma colheita de culturas alimentares em nítido crescimento (8.9%), confirmou-se a recuperação que se seguiu ao regresso à ordem constitucional. No entanto, o ambiente político incerto teve um impacto negativo sobre o potencial de crescimento. Com efeito, a administração pública teve um impactonegativo sobre o PIB de -0.5%. Ademais, o clima político não foi favorável ao investimento, o que se refletiu no potencial e qualidade do crescimento. O ano de 2016 também foi marcado pelo congelamento do apoio dos doadores ao orçamento em consequência de um resgate bancário opaco realizado em 2015 pelas autoridades, num montante de 34.2 mil milhões de francos CFA (XOF), representando 5.6% do PIB. O ano de 2017 deverá registar um retorno ao apoio orçamental, com base em compromissos assumidos pelas autoridades para anular o referido resgate. As taxas de crescimento para 2017 e 2018 estimam-se em 4.8% e 5.0%, respectivamente. Essas taxas pressupõem a resolução das tensões políticas atuais, de uma pluviosidade igual à registada em 2016, da manutenção do preço da castanha de caju, do arranque dos investimentos no setor dos fosfatos cujo início da produção está previsto para 2019, bem como da manutenção das reformas acordadas.

Ao nível das reformas relacionadas com a gestão financeira pública, a aplicação de determinadas medidas em 2014-15 continuou a dar frutos, especialmente na área orçamental. Para 2017 e 2018, as reformas das receitas planeadas – tais como o estabelecimento de uma fatura única mencionando o número de identificação fiscal – deverão melhorar as perspetivas e levar a um aumentadas receitas. As despesas foram mais elevadas do que em 2015, devido principalmente ao reembolso da dívida interna. A taxa de pressão fiscal estagnou em 9.6% do PIB. Em 2016, o saldo orçamental global situa-se em -4.0% do PIB e o saldo primário em -3.3%. Finalmente, estima-se uma inflação na ordem de 2.6% no pressuposto de uma recuperação da procura.

A situação social e o desenvolvimento humano não conheceram mudanças significativas em relação ao ano anterior e a situação global continua a ser preocupante. O país tem um dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) mais baixos. As carências ainda são importantes e são ainda mais acentuadas para as mulheres e as populações rurais. A ausência de orçamento para o ano de 2016 não permitiu que um planeamento eficaz nos setores sociais fosse realizado. As dificuldades orçamentais devem continuar a pesar sobre o sub-investimento crónico e a não permitir uma melhoria significativa em termos de desenvolvimento humano

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	5.8	4.9	4.8	5.0
Crescimento real do PIB per capita	3.3	2.5	2.4	2.7
Inflação, medida pelo IPC	1.5	2.6	2.7	2.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.4	-4.0	-1.9	-1.4
Conta corrente, em % do PIB	-1.0	-2.2	-3.0	-3.6

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

MOÇAMBIQUE

- Em 2016 o crescimento do PIB abrandou para 4.3% devido a uma maior restrição orçamental, a uma quebra do investimento direto estrangeiro e, ainda, devido à crise da dívida «oculta»; espera-se um aumento na ordem dos 5.5% para 2017, impulsionado pelas exportações do setor extrativo.
- Embora a incidência da pobreza tenha diminuído, o número de pessoas pobres permanece quase o mesmo, num ambiente de crescentes desigualdades.
- Um frágil setor industrial emprega apenas 3.2% da população e é essencialmente composto por pequenas e microempresas (90%).

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) é estimado em 4.3% em 2016, refletindo as vulnerabilidades de Moçambique. As receitas das exportações tradicionais caíram devido a uma baixa da procura global e à seca provocada pelo *El Niño* que afetou a produção agrícola. Enquanto isso, a economia a enfrenta constrangimentos logísticos em resultado do conflito militar interno. Os fracos influxos de divisas – à medida que os megaprojetos de gás foram sendo paralisados e os parceiros externos suspenderam o apoio ao orçamento – obrigaram a economia a contar apenas com a sua própria capacidade de financiamento interno, já de si escassa. As restrições monetárias conduziram a uma diminuição da procura interna, e as importações foram reduzidas devido a uma maior depreciação do metical (MZN). A recuperação das exportações de carvão e de eletricidade, juntamente com o esperado início de um projeto de gás natural *offshore*, deverão contribuir para um aumento do crescimento na ordem dos 5.5% em 2017 e 6.8% em 2018.

Na sequência da revelação da dívida escondida de 1.4 mil milhões de USD em 2016, Moçambique tornou-se o país mais endividado do continente africano, classificado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como em situação sobre-endividamento e pelas agências de rating em incumprimento restrito. Considerando que apenas no futuro se poderá contar com o potencial de grandes receitas com origem nos projetos de gás natural liquefeito (GNL), o país enfrenta, no curto prazo, uma crise de liquidez para equilibrar as suas contas externas e financiar os seus défices orçamentais. Uma atitude credível no que diz respeito a uma política de restrição orçamental é crucial para garantir a sustentabilidade da dívida, que depende também da reestruturação da dívida comercial. A necessária resolução política enfrentará resistência interna, particularmente no âmbito das questões de governação, de prestação de contas e do conflito político-militar. A médio prazo, a diversificação da base produtiva nacional é o caminho para a resiliência económica e o desenvolvimento inclusivo. Dados recentes sobre a pobreza revelam uma lenta redução da mesma, e crescentes desigualdades entre as regiões e entre as populações urbanas e rurais.

Graças aos grandes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) desde 2000, o alumínio, o carvão e o gás constituem agora a espinha dorsal industrial do país, com o subsector de gás natural a tornar-se o principal polo industrial. Estas são na sua maioria indústrias orientadas para a exportação, possuindo, no entanto, um limitado valor acrescentado. A maior parte do setor manufactureiro restante estagnou, com exceção dos alimentos, bebidas, tabaco e cimento. Desde a independência em 1975, as indústrias tradicionais como a cerâmica, o chá, o caju, a metalurgia e os têxteis desapareceram ou tornaram-se residuais. Em 2016, o governo aprovou uma nova estratégia assente na indústria como o principal motor do desenvolvimento.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	6.6	4.3	5.5	6.8
Crescimento real do PIB per capita	3.8	1.5	2.7	4.1
Inflação, medida pelo IPC	3.6	16.7	15.3	8.2
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.2	-2.8	-1.3	-1.1
Conta corrente, em % do PIB	-32.3	-31.1	-30.3	-29.5

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- Em 2016, a economia de São Tomé e Príncipe cresceu 5%, impulsionada pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá prosseguir em 2017 e 2018 a um ritmo de 5.5%, em média.
- O país melhorou o Índice Mo-Ibrahim de Governança Africana, passando para o 11º lugar em 2016, em comparação com o 13º em 2015, o que reflete os esforços para melhorar a boa governação.
- A economia depende de inputs e tecnologia do exterior e tem um ecossistema industrial muito limitado, ainda assim o governo não possui uma estratégia de industrialização.

O crescimento real do produto interno bruto (PIB) aumentou para 5% em 2016, face aos 4% registados em 2015, estimulado pelo investimento agrícola e pelo turismo. O crescimento deverá atingir 5.6% em 2017 e 5.4% em 2018, o que se deve principalmente ao investimento direto estrangeiro em construção e turismo. O ligeiro declínio de 0.2 pontos percentuais previsto para 2018 resulta das expectativas de uma ligeira diminuição do financiamento dos doadores. O índice de preços no consumidor (IPC) continuou a evoluir em uma tendência decrescente, apesar de um ligeiro aumento de 0.3% no final de 2016.

A mobilização de recursos internos suficientes para financiar as despesas públicas representa um desafio fundamental, ainda mais importante atendendo ao elevado stock de dívida pública, estimado em 75% do PIB em 2015. Em 2017, o governo prevê várias reformas tendo em vista uma alta das receitas. Em primeiro lugar, será fixado um imposto de 25% sobre as bebidas alcoólicas produzidas localmente. Em segundo lugar, o governo planeia regular o sistema de faturação. Em terceiro lugar, o governo pretende criar um tribunal fiscal regional. Finalmente, o governo também prevê atualizar o código tributário com vista a incluir, designadamente, um imposto sobre a prestação de serviços por não residentes.

Entretanto, o setor financeiro enfrenta restrições ligadas à procura. Estas incluem a escassez de capitais a nível empresarial, a falta de projetos financiáveis pelos bancos e de reservas em divisas estrangeiras, cada vez mais escassas. Acima de tudo, as políticas orçamentais do governo são bastante desafiantes para o setor privado ainda bastante embrionário. Além disso, as despesas de energia, de manutenção e de capital humano fazem com que os custos empresariais sejam elevados. As novas empresas frequentemente encontram dificuldades em começar suas atividades e fazer com que essas prosperem devido às altas taxas de juro, à dificuldade de acesso a financiamento de longo prazo e a um frágil sistema judicial.

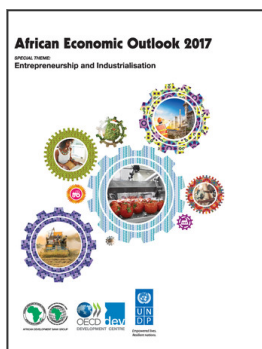
De acordo com os dados do último censo, em 2012, o desemprego situava-se em 13.6%, continuando a afetar os jovens e as mulheres de modo desproporcional. O problema do desemprego torna ainda mais necessário o lançamento de novas iniciativas para estimular o empreendedorismo.

Para estimular o empreendedorismo, a indústria e o investimento estrangeiro, o governo deverá adotar uma série de reformas, incluindo uma redução de impostos e medidas que facilitem a obtenção de empréstimos.

Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	4.0	5.0	5.6	5.4
Crescimento real do PIB per capita	1.9	2.9	3.5	3.3
Inflação, medida pelo ÍPC	5.3	5.6	4.1	2.9
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.3	-8.8	-3.7	-3.2
Conta corrente, em % do PIB	-12.9	-8.9	-10.5	-10.2

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.



From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Notas países”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-12-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.